

O PROBLEMA DO CORPO PARA JUDITH BUTLER¹

The Problem of the Body for Judith Butler

Megue Magalhães de Andrade²

RESUMO

O artigo toma como ponto de partida o tipo de crítica que Butler recebe por falta de propositividade política e moral em suas teorias. Diante da acusação de que a desconstrução do sujeito e do corpo criaria uma situação de imobilismo, nosso objetivo é investigar a imagem de corpo nos textos da filósofa e como essa imagem participa da elaboração de sua filosofia ética e política. Primeiramente, delineamos sua noção de corporalidade presente na discussão em torno da ideia de “corpo sexuado”, segundo a qual são os discursos que tornam esse corpo inteligível e significável a partir das marcas de gênero. Butler explica esse processo através da performatividade, por meio da qual a matéria adquire realidade. Isso, entretanto, não significa a desvalorização da matéria e do corpo, mas uma forma de compreendê-los a partir dos processos pelos quais eles podem importar ou não. A partir desse entendimento, analisamos a emergência de uma ontologia corporal fundamentada na noção de relacionalidade e de intersubjetividade. Concluimos, então, que é possível vislumbrar uma teoria ética e política em Butler pautada na noção de interdependência, que emerge de uma reconfiguração das noções de ontologia e de corporalidade, de modo a pautar modos outros de convivência e de corresponsabilização.

Palavras-chave: Butler. Corpo. Ética. Política.

ABSTRACT

The article takes as its starting point the type of criticism that Butler receives for the lack of political and moral purposiveness in her theories. Faced with the accusation that the deconstruction of the subject and the body would create a situation of immobility, our objective is to investigate the image of the body in her texts and how this image participates in the elaboration of her ethical and political philosophy. Firstly, we outline his notion of corporeality present in the discussion around the idea of a “sexualized body” according to which it is the discourses that make this body intelligible and meaningful based on gender marks. Butler explains this process through performativity, through which matter acquires reality. However, does not mean the devaluation of matter and the body, but a way of understanding them based on the processes through which they may or may not matter. Based on this understanding, we analyze the emergence of a body ontology based on notion of relationality and intersubjectivity. We conclude, then, that

¹ <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2024.260346>

² Universidade de Brasília (UnB). E-mail: megue3andrade@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6972-9083>.

it is possible to glimpse an ethical and political theory in Butler based on idea of interdependence, which emerges from a reconfiguration of the notions of ontology and corporeality, to guide other ways of coexistence and co-responsibility.

Key-words: Butler. Body. Ethics. Politics.

INTRODUÇÃO

Em *Problemas de Gênero* (2016) Butler problematiza muito mais que o gênero. Aqui ela já começa a criar muitos problemas mais: para o feminismo, para a metafísica e a filosofia, para a psicanálise, para a política e para a ética. Criar problemas na acepção de Butler, como já bem sabido, significa antes de tudo provocar o pensamento, revisar crenças estabelecidas, inserir perguntas e questões, gerar deslocamentos, ou seja, é condição necessária à posição crítico-filosófica. E, ao fazê-lo, recai para si também novos problemas, os quais irão provocá-la, deslocá-la, mobilizando-a a movimentar as suas próprias teorias.

Desses “problemas” criados a Butler pelo conjunto de críticas que começa a receber desde a publicação de *Problemas de Gênero*, o que nos interessa aqui é sobre as consequências e desdobramentos da operação de desconstrução das identidades, da categoria do sujeito e da materialidade dos corpos para a construção de um projeto ético e político possível. Seyla Benhabib argumenta que o projeto teórico de “destruição do sujeito” ao qual Butler se filia, retira o sentido da ação, desarticula a luta e esvazia o campo da política para as mulheres (Benhabib *et al.*, 2019). Sem o sujeito substancial, o que sobraria, segundo Benhabib, é um mero personagem, sem base material e sem substância interna, que se limita a expressar sua própria contingência, refém das estruturas de poder que o constituem. Marta Nussbaum (1999) vai ainda mais além, identificando a posição de Butler (dentro do que chama de pós-modernismo e desconstrução) como apostas políticas numa espécie de amoralidade, que em virtude de seu “quietismo” prático e político, colabora com a manutenção do mal.

A preocupação política desse feminismo com a dissolução do sujeito é também a preocupação com a dissolução do corpo, como base material

contra a qual são investidas formas de violência e a partir da qual as mulheres poderiam criar uma identidade. Toril Moi identifica a posição de Butler com uma proposição idealista que reduz o corpo e a matéria a meros efeitos discursivos de poder, sem relevância alguma para nosso entendimento do que os corpos são e fazem na realidade do mundo concreto onde nos movemos. Assim, em entrevista a Susana Funck e Rita Schmidt, Toril Moi questiona: “O que se consegue ao pensar o corpo dessa forma? E está bem claro que o que conseguimos é inscrever o corpo nas relações de poder” (Funck; Schmidt, 2007, p. 110). Ao afirmar, em *Problemas de Gênero*, que não apenas o gênero é construído, mas também o sexo, Butler coloca em questão a precedência da matéria sobre o discurso. Ela afirma a impossibilidade de uma existência pré-discursiva do corpo, mostrando que este está inscrito desde sempre no âmbito da linguagem: que o denomina e ao mesmo tempo o constitui. O corpo nunca é simplesmente material, nem em seu significado e nem mesmo em seus contornos, pois “as fronteiras do corpo [expressam] o limite do socialmente hegemônico” (Butler, 2016, p. 227).

Retomamos a pergunta de Toril Moi: “O que se consegue ao pensar o corpo dessa forma?”, para investigar de que maneira o corpo pode emergir como uma categoria de ordem ético-política no pensamento de Judith Butler. O tema do corpo e sua materialidade aparece desde o início das suas produções filosóficas mais importantes, como *Problemas de Gênero*, de 1990, e *Corpos que importam*, de 1993³; e a acompanha desde então na produção subsequente, em que adquire papel central. Mas, por quais processos essa categoria foi sendo moldada dentro do contexto de construção de suas ideias éticas e políticas? E qual peso tem sobre elas? A forma como Butler entende a corporalidade cria dificuldades para a ética ou atua como condição para a construção de uma nova proposta ética e política?

No ensejo de responder a essas questões, busco aqui mapear o sentido que o “corpo” vai adquirindo em sua filosofia - os processos e perspectivas teóricas - e sua relação com a preocupação ético-política da filósofa. Em razão de a pensadora produzir intensamente e da existência de um grande volume de materiais, opto pelo recorte de quatro obras, as quais estão entre

³ Aparece ainda antes em *Sex and Gender in Simone de Beauvoir's Second Sex* (1986); *Variations on Sex and Gender: Beauvoir, Wittig, Foucault* (1987) e *Foucault and the Paradox of Bodily Inscriptions* (1989).

as mais influentes da autora e expressam diferentes períodos de sua produção: *Problemas de Gênero* (1990); *Corpos que importam* (1993); *Vida precária* (2004) e *Quadros de Guerra* (2009)⁴, com o cotejamento de outras produções.

1. A DES-ONTOLOGIZAÇÃO DO CORPO

Problemas de gênero e *Corpos que importam* situam-se entre as obras mais importantes e reconhecidas de Judith Butler. Ambas fazem parte do primeiro momento da sua produção teórica⁵, em que a temática de gênero tem preponderância sobre suas reflexões e os problemas que persegue. Sustentamos, no entanto, que, se existem revisões e deslocamentos desde então, existem também continuidades, desdobramentos e alargamentos das ideias delineadas ainda na perspectiva das teorias de gênero que repercutem na sua produção atual. Supomos que o problema do corpo é uma das questões que ela persegue desde o início e ocupa um papel proeminente para a definição e a elaboração de uma reflexão ético-política para a atualidade.

O problema dos corpos aparece para Butler com o problema do sujeito, esse importante operador do discurso político e moral moderno e contra o qual ela se posiciona. Portanto, a discussão que Butler empreende sobre gênero pode ser vista também como uma tentativa de refletir a condição do sujeito nas teorias políticas em geral (Rodrigues, 2019). Até aqui, sem grandes novidades nesse terreno já explorado por tantos: de Nietzsche a Heidegger; Derrida, Foucault e outros. No entanto, a crítica de Butler à noção humanista de sujeito é realizada no âmbito das teorias feministas. Portanto, reelabora as críticas de Nietzsche e Foucault às estruturas da metafísica clássica, acrescentando o papel fundamental, ignorado por eles, da generificação dos corpos dos indivíduos e sua repercussão sobre a confi-

⁴ As datas listadas aqui são para reforçar o período de publicação das obras originais. Utilizaremos nesse artigo as obras traduzidas para o português, com a devida referência no texto.

⁵ Alguns leitores da obra de Butler costumam realizar uma divisão entre dois momentos distintos de sua produção: o primeiro dedicado aos problemas mais “particulares”: de gênero e sexualidade – e o segundo identificado como “Giro ético-político”, voltado para problemas mais gerais. Embora não se possa negar a ampliação dos problemas estudados por ela em obras mais recentes, as questões éticas e políticas levantadas por ela estão atravessadas pelos problemas de gênero, e vice-versa. Assim apontam Carla Rodrigues (2019), Sara Salih (2018), Elvira Burgos Díaz (2013) e outras.

guração de formas específicas de hierarquização do mundo social, de dominação e de violência. O debate que ela trava contra o sujeito humanista começa a ser delineado, portanto, no campo dos estudos feministas, estudos de gênero, estudos *queer*⁶.

Talvez por isso, a ênfase da filósofa é de que o campo de possibilidades de *Ser* está limitado, inicialmente, pelas marcas impressas pela categoria de gênero e, portanto, para ela: “Os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea” (Butler, 2016, p. 241). Começar pelo problema do gênero não significa que ela o conceba com prioridade sobre a raça. Essa prioridade é enfaticamente negada por ela em vários momentos da sua escrita. No entanto, a racialidade não é uma questão aprofundada na análise do poder performativo que materializa os corpos nesse momento. Ela chama a atenção e reforça que nenhuma matriz de poder tem preponderância sobre a outra *a priori*. Elas não interatuam por sobreposição, mas sim produzindo outras diferentes matrizes em sua intersecção em distintos contextos. Assim, “complexas operações de poder, deveriam ser seriamente questionadas e examinadas enquanto dispositivos variáveis, contraditórios e produtivos.” (Soley-Beltran; Sabsay, 2012, p. 148).

Ao que parece, a ausência de análise mais aprofundada sobre a racialidade, no horizonte de produção da categoria da performatividade, reflete menos sua incompreensão ou menosprezo pelas opressões e violências raciais do que um limite imposto pela própria teoria. Ela mesma parece assumir esse limite quando afirma que “seria um erro impor os mesmos critérios a cada produto cultural, pois pode ser precisamente a parcialidade de um texto que condiciona o caráter radical de suas percepções” (Butler, 2019a, p. 46). O que parece indicar que a teoria da performatividade, inicialmente, é mais adequada para a análise da atuação do poder sobre as relações de gênero e sexualidade, e não sobre todas as matrizes de poder.

⁶ Há muito tempo teorias feministas reivindicam que a aceção de gênero mantenha uma maior flexibilidade e maleabilidade nas análises da opressão, de maneira a não se tornar um conceito totalizador, que engloba de uma só vez, todas as expressões de opressão e dominação. A reivindicação é de que as categorias utilizadas pelo feminismo, mantenham-se abertas aos sentidos impostos pela compreensão das dinâmicas de dominação, que sempre se atualizam na abertura do tempo e do espaço (Harding, 1993; Scott, 1995).

De qualquer forma – embora não seja a única – a norma do sexo incide decisivamente em nossas compreensões a respeito de “quem *são*” e “o que *são*” os sujeitos no mundo ocidental, porque “as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu sexo em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero” (Butler, 2016, p. 42). Foi nesse sentido, que parte importante do projeto colonial consistiu em introduzir as categorias biologizantes de gênero sobre as sociedades colonizadas como forma de “civilizá-las”, introduzindo-as na matriz de poder binária e heterossexual (Oyěwùmí, 2021). Dessa forma, as categorias de identidade que definem o “humano” passam necessariamente pelas marcas de gênero, que operam como mecanismo de atribuição de inteligibilidade aos corpos.

Mas por que e para que des-ontologizar os corpos? A quais objetivos atende e qual a sua efetividade e alcance? Parte da crítica feminista constitui-se na tarefa de minar os pressupostos essencialistas de gênero, a partir dos quais se produz uma concepção estática, imutável e excludente sobre as relações de gênero. “O que essa crítica não leva em conta é que, da mesma forma, a perspectiva da construção produz as suas exclusões.” (Butler, 2019a, p. 25). O cultivo inquestionado de certa ideia de corpo-fundamento mantém-se atrelado ao dualismo corpo-consciência; natureza-cultura, do qual busca-se escapar. A des-ontologização que Butler propõe aqui é parte da sua estratégia de escapar a esse dualismo que, segundo ela, é operante tanto nas versões essencialistas como nas versões construtivistas do feminismo.

A matéria e a corporalidade, para Butler, não são entidades puras e objetificadas sobre as quais se inscrevem significados culturais. Os corpos são “entidades” discursivas, na medida em que são construções que passam a existir por meio dos discursos que os definem. Essa aceção de Butler pode causar muita confusão se não se atenta para o sentido que ela toma aqui, isto é, a ideia de construção enquanto performativa. Ser construído deve ser entendido na perspectiva do movimento, do estar sendo construído continuamente. “É a performatividade de gênero que produz os efeitos de materialidade do sexo nos corpos.” (Butler, 2019a, p. 16). Significa, portanto, que ao contrário de ser uma mera materialidade, o sexo é *materializado* no corpo ao longo de um processo repetitivo, ao mesmo tempo em que atua

como o próprio ideal (normativo), criado e reafirmado/ratificado ao longo do tempo.

Por essa compreensão, a filosofia de Butler será identificada, por algumas feministas, como discurso somatofóbico, contra o corpo e contra a natureza, além de ter contestada a sua intenção de promover possibilidades de vivências éticas plurais. Segundo a filósofa Mônica Cano Abadía:

Recientemente, desde los 'nuevos materialismos' o 'neo-materialismos', términos acuñados por Manuel DeLanda y Rosi Braidotti a finales de la década de los 90s (Van der Tuin, Dolphijn, 2010: 154), se han lanzado críticas a este tipo de feminismo, especialmente al pensamiento de Butler, por considerar que se ha hecho excesivo hincapié en el rol de la cultura y del lenguaje (Abadía, 2015, p. 41).

Essas críticas partem do princípio de que há no pensamento de Butler um privilégio e preponderância da cultura e da linguagem sobre o corpo e a matéria, pois o que não é acessível à linguagem e nem significado pela cultura e pela história não importaria. Por meio do mesmo jogo de palavras que Butler usa em *Bodies that Matter*, Karen Barad (2003, p. 801) questiona provocativamente: “Language matters. Discourse matters. Culture matters. There is an important sense in which the only thing that does not seem to matter anymore is matter.” Para Barad, existe um impulso antropocêntrico em perspectivas construtivistas que desconecta o sujeito humano de toda a vida do planeta. Considera, portanto, que a negação da materialidade desencadeia a rejeição da vida e nos eleva e desvincula do planeta e dos seres em geral. Os neo-materialismos⁷ criticam justamente a auto-exclusão da dimensão natural de nossa existência, reduzindo tudo o que importa ao nível do que se convencionou chamar de cultura e de linguagem. Por isso há uma urgência em reativar nossa conexão com o planeta e tudo que nele vive, considerando que a negação da corporalidade, a rejeição do vínculo com a natureza e com os seres em geral pode consolidar ainda mais o humanismo o qual se busca negar.

⁷ Rosi Braidotti define que: “neo-materialism” emerges as a method, a conceptual frame and a political stand, which refuses the linguistic paradigm, stressing instead the concrete yet complex materiality of bodies immersed in social relations of power” (BRAIDOTTI, 2012, p. 21).

Contudo, o posicionamento de Butler é contrário à ideia clássica da natureza, oriunda da dicotomia logocêntrica do ocidente⁸. Nessa figuração, a natureza aparece como um dispositivo coercitivo e útil para a criação do anti-natural, o abominável, anormal, abjeto. Portanto, opor-se à ideia clássica de natureza é condição para que outros campos de entendimento sejam abertos a partir daí, por onde se possa conjugar corpo, vida, ética e política. Então, a perspectiva sobre o corpo em Butler, bem como a ética que emerge dela, não se encerram na des-ontologização, des-naturalização, mas se abrem a partir daí.

Nesse sentido, Butler não recusa a realidade da matéria e do corpo, o que recusa é a ontologia a partir da qual eles são concebidos: como local fixo e passivo, significado a partir da lógica dualista-racionalista. Só por meio dessa lógica pode-se pensar o corpo como objeto, como objetivo, como material, como concreto, como propriedade de alguém. Lembrando que o corpo pensado e concebido em contraposição à mente, à cultura, ao masculino, atua na perspectiva da impotência, tanto física quanto moral e é construído por um conjunto de valores logocêntricos, androcêntricos e ocidocêntricos que o torna a metáfora perfeita para vários tipos de dominação: desde o domínio do corpo-paixões-instintos pela mente-alma-vontade em seu papel educativo, edificante e civilizador, ao domínio da natureza, domínio patriarcal, colonial e racista.

Se a materialização do corpo é uma prática significativa, inserida num esquema em que operam normas, leis, regulações, delimitações, imposições e discursos diversos e difusos, como ela descreve, a identidade tem o papel de agregar e fazer convergir esses discursos em torno da estabilização de um corpo para que se torne legível. A genealogia do gênero e da categoria mulheres, em *Problemas de gênero*, e a genealogia da matéria, do corpo e do sexo em *Corpos que importam*, vêm abalar as certezas ontológicas que habitam o núcleo das estruturas que condicionam as subjetividades. Colocando o problema da materialidade dos corpos, Butler “[...] analisa agora la

⁸ Sob esse aspecto, Butler se aproxima das vertentes neomaterialistas, para as quais as posições dualistas que separam mente e corpo, natureza e cultura ajudam a inaugurar a noção de “sujeito” autodeterminado e independente do mundo, da natureza e dos objetos materiais. Portanto, coincidem tanto na crítica ao humanismo como nas tentativas de reconfiguração da corporalidade.

estructuralidad propia de los ‘centros fundadores’ en que se anclaban tales estructuras” (Navarro, 2005, p. 137).

A desestabilização das certezas quanto à materialidade pressuposta dos corpos não significa a impossibilidade de dizer e fazer qualquer coisa com a matéria. Significa, ao contrário, repensá-la em termos do que podemos fazer a partir dela, sem que seja a reprodução de processos de exclusão. A questão, portanto, é saber como conceber a matéria e o corpo de maneira que contestem seu ciclo de violência e de exclusão. Por isso:

Colocar em questão um pressuposto não é o mesmo que eliminá-lo; ao contrário, é livrá-lo de suas fixações metafísicas a fim de entender quais interesses políticos foram garantidos nessa - e por essa - posição metafísica (Butler, 2019a, p. 59).

Para os propósitos deste texto, esse é um ponto importante porque vemos o corpo emergir de uma quebra, uma fissura epistemológica importante que, ao mesmo tempo em que desconstrói a sua pretensão metafísica, ressignifica o corpo para outra ontologia possível, cuja premissa será a abertura para que uma multiplicidade de corpos possa existir e ao mesmo tempo contestar os limites de sua própria inteligibilidade.

2. ABJEÇÃO E PRECARIEDADE

As reflexões sobre a corporalidade suscitadas e iniciadas pelas problematizações da materialidade das diferenças sexuais, conduzem-nos a outras reflexões e desdobramentos éticos e políticos. Para Carla Rodrigues, a discussão da materialidade do corpo em Butler atua como ponto de partida para o que ela chama de “interseccionalidade radical”:

Passados quase 20 anos da publicação de *Gender Trouble*, acho que já podemos admitir que a filosofia política de Butler se desenvolveu com vistas a uma crítica ao projeto de normatividade como compreensão para diferentes formas de opressão, nas quais o gênero é apenas uma delas, opressão que visa separar as vidas que se tornarão mais ou menos precárias pelas políticas de Estado (Rodrigues, 2019, p. 65).

Portanto, podemos estabelecer uma ponte entre a teoria de gênero de Butler e as suas teorias éticas mais recentes, e esse elo se dá também por meio da sua compreensão sobre o corpo. Porque, tal como defende Elvira Burgos Díaz (2013, p. 205), “a intenção de Butler de trazer a materialidade e o corpo para o centro de sua análise com *Corpos que importam*, é prioritariamente de [pensar em] possibilidades para que todos os corpos importem e possam levar uma vida vivível.” Essa preocupação é vislumbrada por meio da discussão em torno da ideia de Abjeção, que se articulará à categoria da precariedade.

O primeiro movimento consiste em reconhecer que a elaboração dos termos da legibilidade social, pela qual os sujeitos passam a existir, não se separa da elaboração dos termos que definem o ilegível. As marcas do não-sujeito, da não-pessoa participam do processo de subjetivação, nos moldes como o poder se organiza nas sociedades ocidentais na contemporaneidade. Assim, a figura da fronteira emerge com toda a sua força e ambiguidade, primeiramente, configurando corpos, espaços geográficos e espaços geopolíticos.

Essa noção se aproxima da ideia de Achille Mbembe (2017, p. 6), segundo a qual o movimento de aproximações forçadas conduz ou produz um outro movimento que é o das tentativas de contenção e de separação forçadas; a fronteira é ressignificada: de lugar de passagem e transposição para lugar de contenção. Identificam-se aqui o campo da identidade do sujeito, o campo da nacionalidade, o campo da cidadania. Em todos eles, as fronteiras definem o que precisa existir como o externo, já que “todos os sistemas sociais são vulneráveis em suas margens e todas as margens, em função disso, são consideradas perigosas” (Butler, 2016, p. 228) para a conservação da unidade de si mesmas.

É a exigência de uma existência compartilhada que pode criar também a sensação de ameaça constante pelo outro e a sua diferença (Mbembe, 2017). Não somente a ameaça física e à sobrevivência, mas a ameaça à suposta estabilidade de padrões normativos, como de família, de sexualidade, de moral, de religião, de nação etc. Para Butler, quando isso ocorre, os outros deixam de aparecer como “vidas” e surgem como ameaça, em virtude de que a própria condição de “Vida” pode assumir diferentes significados,

podendo ser manipulada de maneira a ser desprezada ou valorizada. Assim, existem operações normativas que classificam a vida e o valor que ela tem (Butler, 2015). Portanto, também a ideia de vida não pode ser tida como pressuposta, sem que se avalie o significado que as vidas em particular e em contextos definidos carregam.

Para Butler, quanto mais flexíveis as fronteiras, mais “riscos” correm os que são por elas mantidos. Em suas palavras: “Se o corpo é uma sinédoque para o sistema social ‘per se’ ou um lugar em que convergem sistemas abertos, então todo tipo de permeabilidade não regulada constitui um lugar de poluição e perigo” (Butler, 2016, p. 228-229). Essa poluição é lida por ela pela figura de *abjeto*, retirada da análise psicanalítica de Júlia Kristeva, segundo a qual, parte do “eu” precisa ser expelida por representar o risco para sua estabilidade psíquica. Reproduzindo a leitura de *abjeto* feita por Iris Young, Butler reafirma que:

[...] o repúdio de corpos em função de seu sexo, sexualidade e/ou cor é uma ‘expulsão’ seguida por uma ‘repulsa’ que fundamenta e consolida identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo/raça/sexualidade. [...] ‘Interno’ e ‘externo’ só fazem sentido em referência a uma fronteira mediadora que luta pela estabilidade. E essa estabilidade, essa coerência, é determinada em grande parte pelas ordens culturais que sancionam o sujeito e impõem sua diferenciação do abjeto (Butler, 2016, p. 231).

Ser sujeito e *Ser* abjeto: ambos atuam na zona metafísica do ser, são formados pelo mesmo processo, mesmo movimento, mesma ontologia. Assim, esse conjunto de corpos irreconhecíveis é produzido pela mesma matriz que produz os corpos reconhecíveis; tais corpos não surgem de fora desse campo, mas são expelidos de dentro dele. É por isso que o problema da materialidade dos corpos não é um problema meramente epistemológico: não se trata de entender e definir o que é a matéria dos corpos. Esta é uma tarefa inatingível e também improdutiva, segundo ela, devido ao caráter opaco e evasivo do corpo. É antes, portanto, uma questão ética e política de compreender de que maneira aquilo que se “sabe” sobre eles incide diretamente sobre aquilo que podem ser e fazer.

Interpelada em uma entrevista pelas pesquisadoras holandesas Baukje Prins e Irene Costera Meijer sobre a contradição de seu argumento acerca do abjeto⁹, Butler responde que “em um sentido estritamente filosófico, dizer ao mesmo tempo que “há” corpos abjetos e que eles não têm reivindicação ontológica parece ser o que habermassianos denominariam uma contradição performativa” (Prins; Meijer, 2002, p. 160). Seu objetivo é mostrar que o domínio da ontologia está saturado de poder. E é esse poder que permite o tipo de contradição apresentada por Butler – o que também nos lembra a proposição de Mbembe sobre a existência dos *mortos em vida*, ou da zona do *não-Ser* em Fanon. Assim:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘não-vivíveis’ e ‘inabitáveis’ da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para circunscrever o domínio do sujeito; ela constituirá esse lugar de pavorosa identificação contra a qual – e em virtude da qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação por autonomia e vida (Butler, 2019a, p. 18).

O que está em questão no discurso sobre a matéria é, portanto, um jogo de *poder de definição* sobre o que conta ou não conta como uma vida, ainda que essa vida exista. Mesmo sendo de alguma forma apreendida, não é reconhecida suficientemente para ser preservada, cuidada, valorizada. Talvez por isso o jogo de palavras do título em inglês, *Bodies that Matter*, não tenha efeito somente estético, mas também informa que *o que importa na matéria* é também *o que é dito* sobre ela (RodriguesS, 2019). Assim, também é relevante a denúncia de um campo de produção de corpos, altamente controlado, regulado e restritivo que não consegue eliminar suas próprias contradições a não ser dissimulando-se como uma realidade dada *a priori*.

A afirmação de que *há* corpos abjetos, que *são* os corpos que *não importam*, comunica-nos que eles são produzidos pelos mesmos mecanismos que lhes negam o Ser, a ontologia, a relevância. É um tipo de contradição que tem um sentido político importante. Significa, primeiramente, denunciar o caráter derivativo e secundário da verdade ontológica e retirar

⁹ Butler faz a afirmação de que os corpos abjetos *existem*, que eles *são* (o que significa afirmá-los em termos ontológicos) ao mesmo tempo em que afirma que eles não têm materialidade e realidade, o que constitui uma contradição filosófica.

seu *status* originário. Em segundo lugar, significa reivindicar que esses corpos existem, ao mesmo tempo em que lhes é cotidianamente negado o direito de ser e de existir. A exibição de uma existência que não pode ser exibida, que precisa existir somente nas sombras do Não-ser, é um performativo político com potencial de levar a ontologia para lugares imprevistos, e de maneiras imprevisíveis, como preconiza Butler:

A ideia não é baixar uma proibição contra o uso de termos ontológicos, mas, ao contrário, usá-los mais, explorá-los e resgatá-los, submetê-los ao abuso, de modo que não conseguem mais fazer o que normalmente fazem (Prins; Meijer, 2002, p. 159).

Assim, para ela, a ontologia do sexo, a ontologia da raça, a ontologia do sujeito e a ontologia do humano são todas estratégias do poder que produzem corpos: ao mesmo tempo para serem (ou não) sujeitos; para serem (ou não) humanos; para viverem ou para morrerem. Por isso, não há como separar em Butler, as dimensões da ontologia e epistemologia da ética e da política. Tal como na produção do sexo nos corpos, a abjeção é o que regula os esquemas que informam uma vida e definem sua condição de precariedade.

3. A ONTOLOGIA SOCIAL DO CORPO

Segundo Butler, “a vida entendida como vida precária, implica uma ontologia social” (Butler, 2019b, p. 38) que passa necessariamente pela ideia de corpo, “essa disposição de nós mesmos fora de nós mesmos [que] parece vir da vida física, de sua vulnerabilidade e sua exposição” (Butler, 2019b, p. 45). Assim, a corporalidade nos liga aos outros pela dependência fundamental dessa existência às condições materiais que a vida requer, “o que significa que, para ‘ser’ no sentido de ‘sobreviver’, o corpo tem de contar com o que está fora dele” (Butler, 2015, p. 58). Para Butler:

Creo que si nos centramos en el cuerpo podemos pensar sobre la interdependencia de un modo distinto. Podemos empezar con el cuerpo del bebé, que no puede sobrevivir sin el cuidado físico de otra persona y cuya dependencia física de otro ser humano determina si sobrevivirá o no. Cometemos un error si creemos que el paso de la infancia a la madurez implica lograr una independencia que nos libera de esa interdependencia. Los adultos seguimos de-

pendiendo de los otros para nuestra supervivencia. Dependemos de estructuras de poder estatal que nos protejan y que no nos persigan, del personal sanitario para que nos ayude y no nos ponga obstáculos, de un medio ambiente que debe estar libre de contaminación, de que la calle esté bien pavimentada para que no nos caigamos, y si tenemos alguna discapacidad física dependemos de que haya modos de salvar los obstáculos en el espacio público. Vivimos en profundas redes de interdependencia radical que la ideología del individualismo niega (Butler; Sachse, 2011, p. 58 - 59).

Assim, a condição relacional não é um ponto no passado que produziu nossa subjetividade. Ela é uma condição que não cessa de nos constituir, é contínua. Ou seja, fomos submetidos e expostos às ações dos outros antes que nos lembremos de quem somos, mas não deixamos de estar expostos continuamente a outras relações. Não é um fato fundador da nossa personalidade que ocorreu na infância; é um contínuo fundador e sempre presente.

O tema da vulnerabilidade aparece na obra de Butler estruturando sua reflexão ético-política em *Vida Precária* e em *Quadros de Guerra*, nas quais a noção de abjeto será reformulada em termos de precariedade (Porchat, 2015). Essa precariedade será acentuada ou atenuada nos corpos, não apenas pelas marcas de gênero mas também de raça, de nacionalidade, de religião, de condição de refugiado, migrante, de preso, e outras marcas inumeráveis que são definidas em contextos temporais e espaciais delimitados. Essa condição assume, aqui, um caráter eminentemente político porque é produzida e induzida por mecanismos de exclusão social e econômica, de opressão e de violência, criando a alguns corpos uma condição mais aguda de desproteção.

Mas não é só nisso que consiste nossa precariedade. Ela é também condição para a “sujeição”¹⁰ de uma pessoa, para sua instalação no mundo das relações sociais e das trocas, da linguagem, em suma, para uma vida possível. A nossa vida está condicionada à existência social e isso é parte importante da precariedade que nos define; é o que nos orienta para uma relacionalidade fundamental. Butler dialoga com as concepções de Hannah Arendt e de Lévinas segundo as quais a pluralidade/ a coletividade precede e

¹⁰ Butler assume a premissa foucaultiana segundo a qual a própria subjetivação é ambivalente, ou seja, alguém se torna sujeito e agente ao mesmo tempo em que se submete às normas. Nisso consiste o duplo sentido de sujeição: o poder que age sobre o sujeito e o poder de que o sujeito se apropria para agir.

ultrapassa o indivíduo. Significa, para a configuração de um pensamento ético-político, que a coabitação no mundo por uma pluralidade de sujeitos, humanos e não-humanos, não depende da vontade e escolhas individuais, como preconizado por uma moral liberal. É a relação ética que não apenas precede, mas incide sobre a constituição do “eu”.

A ontologia social do corpo vem exatamente contra a ideia de uma subjetividade encapsulada por um corpo bruto, que atua como limite ou linha divisória entre um espaço interno e da intimidade, de onde emerge a verdade do sujeito; e um espaço separado dos outros e do mundo, que atua somente como ocasião de expressão dessa verdade íntima. Para Butler, o corpo é exatamente o embaralhamento dessa linha divisória, é a subversão desse limite, pois “O corpo como fenômeno social no mundo é um distanciamento do próprio eu que o afirma” (Butler, 2019a, p. 42) e “o que sofre, usufrui e responde à exterioridade do mundo” (Butler, 2015, p. 58).

Nos termos da sua filosofia, a interdependência que caracteriza essa ontologia social é ambígua e pode gerar violência e morte assim como provocar a responsabilidade pelo outro e ações em concerto pelo direito de viver uma vida viável, contra violências e desigualdades (Butler, 2019c). Como a maioria das categorias com as quais Butler trabalha, a sujeição não é uma categoria inequívoca e opera articulada com a noção de precariedade e de interdependência.

A vida corpórea nos coloca numa situação de constante vulnerabilidade, mas também de potência. A concepção apresentada por Butler parte do pressuposto de que o ser é o efeito de um fazer performativo, mas essa ação nunca é solitária, ela só se torna possível na relação. (Butler, 2015). Os sujeitos produzem ao mesmo tempo em que são produzidos, e esse processo é absolutamente coletivo, e se dá a partir do corpo. Não como entidade biológica pré-discursiva, mas atravessado por sentidos sociais e históricos.

Desse modo, a precariedade nos ajuda a pensar os corpos, a nos pensar enquanto corpos, e o que podemos fazer por meio dos elos que ligam esses corpos entre si. Essa ontologia social dos corpos deveria, segundo a filósofa, nos conduzir a reconsiderar as nossas relações éticas e políticas pela chave da dependência e da interdependência. A considerar que um corpo vivo necessita de proteção, de condições externas para permanecer vivo,

ele não basta a si mesmo. Toda vida depende de outras vidas: humanas e não-humanas; de condições afetivas, materiais e ambientais de existência.

Butler usa a terminologia “vida humana”, não para fazer o recorte sobre o distintamente humano, mas para provocar e manter em tensão permanente aquilo do que o humano não pode abrir mão: os outros. “Talvez o humano seja o nome que damos a essa própria negociação que surge de ser uma criatura viva entre criaturas e em meio a formas de vida que estão além de nós” (Butler 2019c, p. 50). A vida, assim, é um princípio ético de interconexão entre os seres. Falar “sobre o que é viver uma vida humana já é admitir que modos humanos de viver estão atados a modos de vida não-humanos.” (Butler, 2019c, p. 49). Isso traz, portanto, a necessidade de reavaliar a ideia de vida dissociada de seu privilégio humano, pois “a vida é um conjunto de interdependências [...] o que implica que a ‘ontologia’ do humano não pode ser separada da ontologia do animal”. (Butler, 2015, p. 116). De modo que entender como o humano é produzido nos dá a oportunidade de entender os lastros racistas e antropocêntricos como o não humano e o menos humano são construídos nesse mesmo processo.

UMA PAUSA...

Na perspectiva de uma ontologia social, o reconhecimento da existência do outro colabora para a minha própria existência, como ação articulada num mundo compartilhado. Nesse sentido, não é a ontologia que precede e que fundamenta a ética e a política. São as relações que fundamentam a ontologia social. A ética e a política não dizem respeito a valores e atitudes produzidos pelo indivíduo, mas se constituem como a condição de existência para que o sujeito apareça.

Por que o corpo será fundamental para essa “ontologia”? Primeiramente, porque ela trilha um outro caminho desde a filosofia: no lugar de pensar abstratamente sobre o sujeito, o humano, o indivíduo, a razão, ela estabelece um aporte no mundo concreto habitado por corpos. Corpos são sempre particulares, múltiplos, inconstantes em sua forma de existir no mundo. Em segundo lugar, porque permite pensar a ética e a política sob a

ótica da interdependência. O corpo é um significativo sinal de nossa relação radical e constitutiva.

Por fim, vimos que as proposições teóricas da filósofa nunca estiveram afastadas da preocupação com esses corpos “reais”, ainda que o significado dessa realidade material tenha sido questionado. É que, para a emergência de uma ética da interdependência, não apenas como um valor do sujeito, mas como condição de existência dele, é necessário concebê-lo de outro modo – não humanista. Aliás, esse movimento justamente participa da sua estratégia crítica de apontar os limites e insuficiências dos discursos éticos e políticos tradicionais. Não para destruir qualquer possibilidade de ação e mobilização em torno de um *ethos* político, mas para apontar outros caminhos possíveis, ou seja, ao desestabilizar essas categorias, Butler não abre mão de pensar formas de intervenção na sociedade.

Recebido em 30/11/2023

Aprovado em 03/04/2024

REFERÊNCIAS

ABADÍA, Mónica Cano. “Nuevos materialismos: hacia feminismos no dualistas.” *OXÍMORA Revista Internacional de Ética y Política*, n. 7, 2015, p. 34-47.

BARAD, Karen. “Posthumanist performativity: Toward an understanding of how matter comes to matter.” *Signs: Journal of women in culture and society*, v. 28, n. 3, 2003, p. 801-831.

BENHABIB, Seyla *et al.* *Debates feministas: Um intercâmbio filosófico*. Tradução: Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

BUTLER, Judith. “Sex and Gender in Simone de Beauvoir’s Second Sex.” *Yale French Studies*, n. 72, 1986, p. 35–49. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2930225?origin=crossref>. Acesso em 18 de abril de 2020.

BUTLER, Judith. “Variations on Sex and Gender Beauvoir, Wittig and Foucault.” In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (org.). *Feminism as critique: on the politics of gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

BUTLER, Judith. "Foucault and the Paradox of Bodily Inscriptions." *The Journal of Philosophy*, v. 86, n. 11, 1989, p. 601–607. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2027036>. Acesso em abril de 2020.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 10a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: Os limites discursivos do "sexo"*. São Paulo: N-1 edições, 2019a.

BUTLER, Judith. *Vida precária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a política das ruas*. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019c.

BUTLER, J.; SACHSE, D. G. *Violencia de Estado, guerra, resistencia: por una nueva política de la izquierda*; + "Las categorías nos dicen más sobre la necesidad de categorizar los cuerpos que sobre los cuerpos mismos": (entrevista de Daniel Gamper Sachse). [s.l.] Katz Barpal, 2011.

BRAIDOTTI, Rosi. "Interview with Rosi Braidotti." In Dolphijn, Rick; Van der Tuin, Iris (ed). *New Materialism: Interviews & Cartographies*. Ann Arbor: Open Humanities Press, 2012.

DÍAZ, Elvira Burgos. "Desconstrução e subversão: Judith Butler." *Sapere Aude*, v. 4, n. 7, 2013, p. 441–464.

FUNCK, S. B.; SCHMIDT, R. T. "Liberdade, justiça e igualdade para as mulheres: Uma entrevista com Toril Moi." *Revista Estudos Feministas*. Universidade Federal Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.-br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2007000100007&lng=en&nrm=iso&tln g=pt..](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2007000100007&lng=en&nrm=iso&tln g=pt..) Acesso em: 16 mai. 2020.

HARDING, Sandra. "A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista." *Estudos feministas*, 1993, p. 7-32.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

NAVARRO, Pablo Pérez. "Cuerpo y discurso en la obra de Judith Butler: Políticas de lo abyecto." In: CÓRDOBA GARCÍA, David; SÁEZ DEL ÁLAMO, Javier; VIDARTE, Paco (ed.). *Teoría queer: Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*. 2. ed. Barcelona: Editorial Egales, 2005.

NUSSBAUM, Martha C. "The Professor of Parody." *The New Republic Online*, v. 22, 1999. Disponível em: <http://www.tnr.com/index.mhtml> . Acesso em: 15 maio de 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler.” *Estudos Feministas*, v. 10, 2002, p. 155–167. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>

PORCHAT, Patrícia. “Um corpo para Judith Butler.” *Revista Periódicus*, v. 1, n. 3, 2015.

RODRIGUES, Carla. “Para além do gênero: anotações sobre a recepção da obra de Butler no Brasil.” *Em Construção*, n. 5, 2019, p. 59–72.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica.” *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

SOLEY-BELTRAN, Patrícia e SABSAY, Leticia (editoras). *Judith Butler en disputa: Lecturas sobre la performatividad*. Barcelona y Madrid, Egales, 2012.



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).